



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Concurso Público – Edital nº006/2011

Prova Objetiva – 28/08/2011



Assessor de Estabelecimento Penal – DAS-5

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Conhecimento
Específico

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

01 - Sobre as nulidades no processo penal, considere as seguintes afirmativas:

1. De acordo com o STJ, é nulo o julgamento da apelação realizado por juízes convocados pelo Tribunal.
2. Segundo o STJ, a ausência de defesa preliminar em processo de crime praticado por funcionário público é causa de nulidade relativa.
3. A ausência de intimação pessoal do defensor dativo para a sessão de julgamento do recurso em sentido estrito é causa de nulidade absoluta.
4. De acordo com o STJ, a ausência de defesa preliminar do acusado por tráfico ilícito de entorpecentes é causa de nulidade absoluta.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- *e) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

02 - Sobre a revisão criminal, é correto afirmar:

- a) Não poderá propor revisão criminal o condenado que foi beneficiado com indulto.
- *b) A revisão criminal poderá ser proposta para beneficiar condenado que faleceu.
- c) O Ministério Público será instado a apresentar resposta à revisão criminal.
- d) A sentença anulada por revisão criminal poderá ser substituída por sentença que torne mais gravosa a situação do acusado.
- e) Não é cabível das decisões do tribunal do júri.

03 - Avalie as afirmativas a seguir a respeito das nulidades no processo penal:

1. A nulidade da sentença prolatada por juiz materialmente incompetente é absoluta e não pode ser convalidada pela coisa julgada.
2. Segundo o STJ, a violação da incomunicabilidade das testemunhas durante a audiência de instrução é causa de nulidade relativa.
3. De acordo com o STJ, a inversão da ordem das perguntas às testemunhas é causa de nulidade absoluta.
4. De acordo com o CPP, a utilização das provas do inquérito policial para fundamentar a sentença é causa de nulidade absoluta, salvo quando aquelas são irrepetíveis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- *d) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

04 - Sobre as nulidades no processo penal, avalie as seguintes afirmativas:

1. De acordo com o STF, a falta de audiência da defesa antes da decisão de desaforamento é mera irregularidade.
2. Segundo o STF, a falta de intimação do acusado para nomear outro defensor, após a renúncia do anteriormente constituído, determina a nulidade do julgamento da apelação.
3. De acordo com o STF, a nomeação de um defensor dativo, sem prévia manifestação do acusado, para oferecer contrarrazões no recurso em sentido estrito interposto da decisão de rejeição de denúncia é causa de nulidade relativa.
4. Segundo o STF, a falta de observância da competência por prevenção é causa de nulidade absoluta.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

05 - Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta.

- a) Os tribunais superiores não admitem a prescrição intercorrente.
- *b) O prazo da prescrição da pretensão executória para os reincidentes é acrescido de um terço.
- c) As agravantes genéricas serão computadas para o cálculo da prescrição retroativa.
- d) As causas especiais de aumento de pena não serão computadas no cálculo da prescrição pela pena em abstrato.
- e) O aumento relativo ao crime continuado será computado no cálculo da prescrição pela pena em abstrato.

06 - Sobre o livramento condicional, considere as seguintes afirmativas:

1. Não se admite livramento condicional em crimes hediondos se o agente for reincidente.
2. O recolhimento à habitação é condição obrigatória para o gozo do livramento condicional.
3. O livramento condicional será necessariamente revogado se o agente for condenado por crime cometido antes da sua concessão.
4. Comunicar o juiz sobre a mudança de comarca é condição obrigatória para o gozo do livramento condicional.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- *d) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- e) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

07 - Sobre a revisão criminal, considere as seguintes afirmativas:

1. De acordo com os Tribunais Superiores, o Ministério Público poderá propor revisão criminal a favor do condenado.
2. Não será cabível revisão criminal por ausência de interesse de agir, quando extinta a pena.
3. Será cabível revisão criminal de decisão que declara extinta a punibilidade antes da sentença.
4. O pedido de revisão criminal poderá ser reiterado.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

08 - Sobre os recursos no processo penal, considere as seguintes afirmativas:

1. O agravo em execução não tem efeito suspensivo, salvo quando a decisão impugnada for de liberação ou desinternação de indivíduo sujeito à medida de segurança.
2. O agravo em execução pode ser utilizado para impugnar toda e qualquer decisão proferida pelo juiz da execução penal.
3. Para recorrer das decisões proferidas pelo juiz da execução penal, o defensor deverá possuir uma autorização do condenado.
4. O agravo em execução permite a retratação do juiz que proferiu a decisão impugnada.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

09 - Sobre a sentença penal, considere as seguintes afirmativas:

1. Quando ocorre a *mutatio libelli*, o juiz deverá aditar a peça acusatória e submeter os novos fatos ao contraditório.
2. O acusado preso será intimado pessoalmente, salvo quando tiver defensor constituído.
3. A falta de fundamentação da continuidade da prisão preventiva na sentença condenatória é causa de mera irregularidade.
4. A ausência de fundamentação relativa à aplicação da pena é causa de nulidade absoluta da sentença.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- *c) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

10 - Sobre o instituto da remição, considere as seguintes afirmativas:

1. A natureza jurídica das normas que regulam a prescrição é de direito material.
2. Não se admite a remição pelo estudo em face da ausência de previsão legal.
3. O registro e o encaminhamento, ao juízo de execução, do número de dias de trabalho, é encargo do advogado do condenado ou seu representante legal.
4. Segundo a jurisprudência do STF, a perda dos dias remidos em decorrência do cometimento de falta grave não foi recepcionada pela ordem constitucional vigente.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

11 - Sobre o agravo em execução, é correto afirmar:

- a) O prazo para sua interposição é de 5 (cinco) dias contados da data da decisão.
- b) As suas razões podem ser apresentadas diretamente no Tribunal, mediante requerimento do recorrente.
- c) É cabível da decisão que converte pena de multa em pena de detenção.
- d) Não é cabível das decisões relativas às medidas de segurança.
- *e) Não é cabível agravo em execução da concessão de *sursis* na sentença.

12 - Sobre o *habeas corpus*, considere as seguintes afirmativas:

1. Em determinadas hipóteses, figura como um recurso para impugnação de decisões que restringem ou ameaçam a liberdade de locomoção.
2. Trata-se de ação autônoma de impugnação.
3. Será utilizado apenas para impugnar decisões não transitadas em julgado.
4. Poderá ser utilizado para atacar a dosimetria da pena de multa.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- *e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

13 - Em relação aos incidentes de execução, assinale a alternativa correta.

- a) As conversões têm por escopo principal a garantia da legalidade na execução da pena.
- b) O Conselho Penitenciário goza da atribuição exclusiva de suscitar incidentes de excesso ou desvio.
- c) O indulto é concedido por ato discricionário do Presidente da República e automaticamente aplicado ao processo de execução, extinguindo a punibilidade.
- d) É vedada a conversão de pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, salvo no caso de superveniência de nova condenação.
- *e) A conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos é cabível no caso de pena aplicada não superior a quatro anos.

14 - Sobre o *habeas corpus*, é correto afirmar:

- a) Não pode ser utilizado para impugnar decisão da qual é cabível revisão criminal.
- *b) O Tribunal de Justiça será competente para julgar *habeas corpus* impetrado contra ato do Promotor de Justiça.
- c) De acordo com os tribunais superiores, o *habeas corpus* será conhecido quando houver oposição do paciente em relação ao impetrante.
- d) O assistente da acusação tem legitimidade para recorrer da decisão que concede *habeas corpus*.
- e) O paciente não poderá ser impetrante, salvo quando possuir capacidade postulatória.

15 - Sobre a medida de segurança, considere as seguintes afirmativas:

1. O prazo prescricional da medida de segurança será contado de acordo com o tempo de tratamento fixado na sentença.
2. A medida de segurança não tem prazo mínimo ou máximo fixado na lei.
3. A medida de segurança poderá ser aplicada nos casos de sentença condenatória.
4. Se ao crime for cominada pena privativa de liberdade, a medida de segurança será estacionária.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- *b) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- c) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

16 - Sobre a prescrição, é correto afirmar:

- a) O prazo prescricional é contado com a exclusão do dia do início e a inclusão do dia final.
- b) O aumento do prazo prescricional relativo à reincidência é computado no cálculo da prescrição retroativa.
- *c) A publicação do acórdão que reforma a sentença condenatória e agrava a pena é causa interruptiva da prescrição.
- d) O prazo prescricional da pena de multa é de dois anos.
- e) O prazo prescricional das penas restritivas de direitos é de três anos.

17 - Sobre a pena, é correto afirmar:

- a) A prisão cumprida no exterior não contará para fins de detração penal.
- *b) A remuneração do trabalho do preso não deverá ser inferior a três quartos do salário mínimo.
- c) Os crimes dolosos cometidos mediante violência ou grave ameaça não admitem a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos.
- d) O acréscimo relativo à causa especial de aumento de pena leva em consideração a pena-base fixada.
- e) A reincidência impede a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos.

18 - Sobre a pena, considere as seguintes afirmativas:

1. **As agravantes incidem na dosimetria da pena dos crimes culposos.**
2. **As penas privativas de liberdade inferiores a um ano poderão ser substituídas por multa ou pena restritiva de direitos.**
3. **A suspensão condicional da pena não será concedida aos reincidentes em crime doloso ou culposos.**
4. **O sursis não pode ser prorrogado e deve ser extinta a punibilidade quando finalizado o período de prova sem violação das condições impostas ao condenado.**

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

19 - Sobre a prescrição, considere as seguintes afirmativas:

1. **A prescrição pela pena máxima em abstrato leva em consideração a diminuição relativa à maioridade e à menoridade.**
2. **A sentença condenatória recorrível é causa interruptiva da prescrição.**
3. **A partir da vigência da Lei nº 12.234/10, não se admite mais a prescrição retroativa.**
4. **A prescrição antecipada tem sido aceita pelos Tribunais Superiores.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- *c) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

20 - Sobre a prescrição, considere as seguintes afirmativas:

1. **O prazo prescricional nos crimes continuados começa a fluir da data em que cessar a continuação.**
2. **A prescrição da pretensão executória não admite suspensão, apenas interrupção.**
3. **O prazo prescricional nos crimes permanentes começa a fluir da data em que cessar a permanência.**
4. **O prazo prescricional será suspenso para a realização de exame de insanidade mental.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- *e) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.

21 - Sobre as nulidades no processo penal, considere as seguintes afirmativas:

1. A ausência do número mínimo de jurados para iniciar a sessão de julgamento é causa de nulidade relativa, que deve ser alegada logo no início dos trabalhos em plenário.
2. A ausência de exame de corpo de delito é causa de nulidade relativa, que será convalidada no trânsito em julgado da sentença.
3. A falta de intimação pessoal do acusado para participar da sessão de julgamento no tribunal do júri é causa de nulidade absoluta.
4. É absolutamente nula a sentença proferida por juiz do juizado especial criminal nos casos de crimes de violência doméstica contra a mulher.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- *b) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

22 - Sobre a pena, considere as seguintes afirmativas:

1. Nos crimes praticados por funcionário público, a perda do cargo é efeito necessário da condenação.
2. O prazo de suspensão condicional da pena por motivo de saúde é de 2 a 6 anos.
3. A revogação do livramento condicional é facultativa quando descumpridas as condições fixadas no momento de concessão do benefício.
4. Nos crimes dolosos praticados pelo pai contra o filho, a perda do poder familiar é efeito necessário da condenação.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- *b) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

23 - Sobre a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, assinale a alternativa correta.

- a) O atual entendimento dos Tribunais Superiores reconhece ampla e total discricionariedade ao magistrado para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, desde que dentro dos parâmetros legais.
- b) Pena aplicada superior a 4 (quatro) anos de detenção, no caso de condenado reincidente, poderá ter seu cumprimento iniciado em regime fechado.
- c) A determinação do regime inicial de cumprimento de pena decorre da unificação das penas e é matéria do juízo de execução.
- *d) É possível a fixação de regime inicial semiaberto a reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos, se favoráveis as circunstâncias judiciais.
- e) Quando há soma e unificação de várias penas, deixa-se de observar a detração em relação às condenações por crime hediondo.

24 - Sobre o sistema penal brasileiro, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma modalidade de pena restritiva de direitos.

- a) Prestação pecuniária.
- b) Prestação de serviços à comunidade.
- c) Interdição temporária de direitos.
- *d) Multa.
- e) Limitação de fim de semana.

25 - Sobre o sistema penal brasileiro, considere as seguintes afirmativas:

1. As principais modalidades de pena são: privativa de liberdade, restritiva de direitos e medida de segurança.
2. As penas privativas de liberdade de reclusão e detenção podem ser cumpridas nos regimes fechado, semiaberto e aberto.
3. O pagamento da multa é destinado ao Fundo Penitenciário e não à vítima ou seus familiares.
4. A reabilitação é a suspensão de determinados efeitos da sentença condenatória após o decurso de dois anos contados a partir da extinção da pena.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- *c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

26 - Sobre o conceito de progressão de regime, assinale a alternativa correta.

- *a) Trata-se da transferência para regime menos rigoroso, tendo por fundamentos o mérito do condenado e o princípio da individualização da pena.
- b) Trata-se da substituição da privação da liberdade por obrigações de fazer equivalentes às penas restritivas de direito, sendo extinta a punibilidade após o período de prova.
- c) Trata-se da colocação antecipada em liberdade na etapa final de cumprimento da pena, desde que cumpridos os requisitos temporal, da reparação do dano e de avaliação clínico-criminológica favorável.
- d) Trata-se de permissão para que o condenado saia do estabelecimento por períodos determinados com o objetivo de visitar a família, frequentar curso supletivo profissionalizante ou participar de atividades que concorram para seu retorno ao convívio social.
- e) Trata-se da redução da pena através da compensação de um dia de pena para cada três dias de trabalho.

27 - Em relação aos requisitos da progressão de regime, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o Estatuto Penitenciário do Paraná, o cometimento de falta média zera a contagem do requisito temporal para a progressão de regime.
- b) Segundo o entendimento pacífico de doutrina e jurisprudência, a pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento (art. 75, CP) é a mesma levada em conta para aferição do requisito objetivo/temporal da progressão de regime.
- c) É vedada a progressão de regime para condenados por crime hediondo.
- d) É exigido parecer da Comissão Técnica de Classificação para aferição do requisito subjetivo/disciplinar.
- *e) Apesar de ausente previsão legal, a jurisprudência admite o reinício da contagem do requisito temporal da progressão de regime no caso de cometimento de falta grave.

28 - Assinale a alternativa correta pertinente ao *sursis* (suspensão condicional da pena).

- a) Cabe ao juiz de execução decidir sobre a suspensão da pena privativa de liberdade por determinado período de prova, após o qual, se não houver revogação, será declarada extinta a punibilidade.
- b) O *sursis especial* é a modalidade de suspensão condicional da pena aplicada a penas restritivas de direito ou de multa.
- *c) No caso de novo processo criminal ainda sem sentença definitiva, o período de prova do *sursis* é prorrogado até o julgamento definitivo daquele.
- d) O *sursis* é vedado ao reincidente em crime doloso já condenado a pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou multa.
- e) A aplicação do *sursis* tem preferência, na aplicação da pena, em relação à substituição por pena restritiva de direitos.

29 - No que tange às medidas de segurança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As medidas de segurança obedecem ao princípio da legalidade estrita.
- b) A aplicação de medida de segurança em inimputável é limitada pelo curso do prazo prescricional, mas tomando-se como critério a pena máxima cominada em abstrato.
- c) Segundo a jurisprudência do STF, a medida de segurança deve obedecer ao limite máximo de trinta anos de cumprimento de pena.
- d) As medidas de segurança podem ser aplicadas na forma de internação ou tratamento ambulatorial.
- *e) A aplicação de medida de segurança em semi-imputável terá duração determinada pela valoração da periculosidade, até o limite máximo de trinta anos de cumprimento de pena.

30 - Sobre o livramento condicional, considere as seguintes afirmativas:

1. O livramento condicional cabe nos casos de pena aplicada igual ou superior a quatro anos.
2. O livramento condicional é vedado ao reincidente específico em crime hediondo.
3. A reparação do dano é requisito para o livramento condicional, exceto no caso de demonstração da impossibilidade de fazê-lo.
4. A competência para apreciação do pedido de livramento condicional é sempre do juiz de execução.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- *d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

31 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Admite-se o recolhimento de condenado em regime aberto, acometido de doença grave, em residência particular.
- *b) A jurisprudência do STF não admite a prisão domiciliar de preso condenado em hipóteses ausentes da Lei de Execuções Penais, em respeito ao princípio de taxatividade que rege a matéria.
- c) A jurisprudência do STF admite a execução provisória de pena e a transferência para regime menos severo quando há trânsito em julgado para a acusação.
- d) A jurisprudência do STF admite a progressão de regime de réu em prisão especial, mesmo antes do trânsito em julgado.
- e) No caso de trânsito em julgado exclusivo da acusação, o próprio juízo de conhecimento emite a guia de recolhimento provisória para início da execução da pena.

32 - Em relação à disciplina, faltas e sanções disciplinares, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe à legislação local especificar as faltas leves e médias e definir faltas graves não previstas pela LEP, o que é feito no Paraná por meio do Estatuto Penitenciário (Dec. 1.276/95).
- b) O tratamento jurídico da tentativa, nas faltas disciplinares, é equivalente àquele dos crimes comuns.
- c) A vedação constitucional às penas cruéis não alcança a aplicação de sanções disciplinares pelo fato de estas não serem juridicamente definidas como modalidades de pena.
- *d) A aplicação de sanções disciplinares no âmbito da execução penal obedece ao princípio do *non bis in idem* (vedação da dupla punição pelo mesmo fato).
- e) As sanções disciplinares são sempre aplicadas pelo diretor do estabelecimento, após processo administrativo com garantia de contraditório e direito de defesa.

33 - Em atendimento, você é procurado por recluso que alega preencher os requisitos para a concessão de indulto. Analisando seus documentos, você verifica se tratar de reincidente específico no crime de roubo qualificado pelo uso de arma, condenado a uma pena total de 15 (quinze) anos de reclusão e que já cumpriu 6 (seis) anos em regime fechado, não tendo cometido falta grave nos últimos 2 (dois) anos. Com base nessas informações e no Decreto n. 7.420/10, a providência a ser tomada será:

- a) elaborar o pedido de indulto nos termos do que foi solicitado pelo preso.
- b) explicar ao recluso que ele não preenche as condições para a concessão de indulto, porque condenado a uma pena maior de 12 (doze) anos.
- *c) explicar ao recluso que, não obstante ele não preencher as condições para a concessão de indulto, caberá pedido de comutação da pena.
- d) explicar ao recluso não ser possível elaborar pedido de indulto ou comutação em face do fato de ser reincidente em crimes com violência ou grave ameaça à pessoa.
- e) explicar ao recluso que ele mesmo deverá necessariamente enviar carta à Presidência da República solicitando o benefício, não sendo caso de peça privativa de advogado.

34 - São órgãos da execução penal:

1. Ministério Público.
2. Conselhos da Comunidade.
3. Patronatos.
4. Defensoria Pública.

Estão corretos os itens:

- a) 1 e 2 apenas.
- b) 1, 2 e 3 apenas.
- c) 3 e 4 apenas.
- d) 2, 3 e 4 apenas.
- *e) 1, 2, 3 e 4.

35 - Sobre as hipóteses de regressão de regime, assinale a alternativa INCORRETA.

- *a) O inadimplemento do pagamento da multa imposta é causa de regressão de regime do aberto ao semiaberto.
- b) A prática de fato definido como crime doloso é causa de regressão de regime, independentemente de condenação transitada em julgado.
- c) A frustração dos fins da execução pelo condenado em regime aberto é causa de regressão para o regime semiaberto.
- d) Segundo a posição majoritária na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é desnecessária a oitiva de Ministério Público e defesa no caso de regressão cautelar.
- e) A regressão de regime é limitada pela fixação do regime inicial de cumprimento de pena.

36 - Sobre as autorizações de saída e suas modalidades, é correto afirmar:

- a) A concessão de autorizações de saída é atribuição do diretor do estabelecimento prisional.
- *b) A modalidade "permissão de saída" pode se dar por razões de cunho humanitário e por prazo breve.
- c) A modalidade "saída temporária" ocorre com duração de até sete dias e exige escolta armada.
- d) Segundo a jurisprudência do STF, a "saída temporária" não é admissível aos condenados em regime aberto que cumprem pena em prisão-albergue.
- e) Segundo entendimento sumulado do STJ, para obter o benefício da "saída temporária" se exige o cumprimento de fração da pena em regime semiaberto desprezando-se o tempo de cumprimento de pena no regime fechado.

37 - Sobre o trabalho do preso e suas modalidades e as penas restritivas de direitos, é INCORRETO afirmar:

- a) A atribuição de tarefas junto a entidades diversas como substituição à pena privativa de liberdade é gratuita e não constitui modalidade de trabalho forçado.
- b) O trabalho como elemento do tratamento penitenciário obedece ao princípio da não afluência.
- c) O trabalho como elemento do tratamento penitenciário obedece ao princípio da individualização da pena.
- *d) O trabalho interno e subordinado à administração penitenciária obedece ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) A vedação constitucional ao trabalho forçado alcança o trabalho interno do preso.

38 - Em relação ao direito de defesa na execução, assinale a alternativa correta.

- a) O direito de defesa nos processos administrativos disciplinares é mitigado por conta de seu caráter não jurisdicionalizado.
- b) Da decisão de imposição de sanção pelo cometimento de falta grave cabe pedido de revisão e recurso ao juízo de execução, sendo ouvido o Conselho Penitenciário.
- *c) O entendimento sumulado do STF segundo o qual é constitucional a ausência de defesa técnica no processo administrativo disciplinar não se aplica à execução penal.
- d) O agravo de decisão do juízo de execução pode ser interposto exclusivamente pelo Ministério Público ou pela Defesa do condenado.
- e) Não há previsão de efeito suspensivo para o agravo em execução.

39 - São hipóteses de monitoramento eletrônico na execução penal, de acordo com a Lei 12.258/10:

1. Saída temporária em regime semiaberto.
2. Prisão domiciliar.
3. Livramento condicional.
4. Suspensão condicional da pena.

Estão corretos os itens:

- a) 2 e 3 apenas.
- b) 3 e 4 apenas.
- c) 2, 3 e 4 apenas.
- *d) 1 e 2 apenas.
- e) 1, 2, 3 e 4.

40 - Sobre a revisão criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A revisão criminal guarda natureza jurídica de recurso e visa a reforma da sentença condenatória ou do acórdão que a confirmou.
- b) A superveniência de lei mais benigna, relacionada à execução de pena, constitui fundamento para revisão criminal.
- *c) É inadmitida no Brasil a revisão criminal *pro societate*.
- d) Não cabe revisão criminal de sentença que aplica medida de segurança.
- e) Não cabe revisão criminal de sentença cuja pena tenha sido objeto de indulto ou comutação.